

# As ciências pedagógicas na satisfação dos direitos de aprendizagem: valores instrucionais incorporados para o desenvolvimento do currículo em Escolas do Ensino Básico em Moçambique

Pedagogical sciences in the satisfaction of learning rights: Instructional values incorporated for curriculum development in Basic Education Schools in Mozambique

Las ciencias pedagógicas en la satisfacción del derecho al aprendizaje: Valores instruccionales incorporados para el desarrollo curricular en las Escuelas de Educación Básica de Mozambique

Alberto Bive Domingos<sup>1</sup>  

## RESUMO

Aborda-se a pedagogia como ciência do conhecimento em que a educação é uma prática social de intervenção intencional num processo concreto e histórico de produção do devir humano. Igualmente, refere-se a ação educativa crítico-reflexionista da evolução histórica do sistema educativo moçambicano, ou seja, do elitismo do sistema colonial o país esmiuçou-se na política de construção coletiva da escola pública popular como valores institucionais em que na atualidade o currículo local é a síntese da escolaridade obrigatória gratuita e inclusiva, e a aprendizagem está ligada a ontogênese da vida cultural humana.

**Palavras-chave:** As ciências pedagógicas; Satisfação dos direitos de aprendizagem; Valores Instrucionais incorporados; Desenvolvimento do currículo em escolas do ensino básico em Moçambique.

## ABSTRACT

Pedagogy is approached as a science of knowledge in which education is a social practice of intentional intervention in a concrete and historical process of production of human becoming. Likewise, it refers to the critical-reflective educational action of the historical evolution of the Mozambican educational system, that is, from the elitism of the colonial system the country was scrutinized in the policy of collective construction of the popular public school as institutional values in which at present the local curriculum is the synthesis of free and inclusive compulsory schooling, and learning is linked to the ontogenesis of human cultural life.

**Keywords:** Pedagogical sciences; Satisfaction of learning rights; Embodied instructional values; Curriculum development in primary schools in Mozambique.

## RESUMEN

Se aborda la pedagogía como una ciencia del conocimiento en la que la educación es una práctica social de intervención intencional en un proceso concreto e histórico de producción del devenir humano. Asimismo, se refiere a la acción educativa crítico-reflexionista de la evolución histórica del sistema educativo mozambiqueño, es decir, desde el elitismo del sistema colonial, el país ha roto en la política de construcción colectiva de la escuela pública popular como institucional. valores en los que hoy el currículo local es la síntesis de la educación obligatoria, gratuita e inclusiva, y el aprendizaje está vinculado a la ontogénesis de la vida cultural humana.

**Palabras clave:** Ciencias pedagógicas; Satisfacción de los derechos de aprendizaje; Valores Instruccionales Incorporados; Desarrollo curricular en escuelas primarias de Mozambique.

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) câmpus Marília. Docente na Universidade Licungo (UL), Faculdade de Educação, Cidade de Quelimane - Província de Zambézia, Moçambique. Estrada Regional no 642, Campus de Murropué, C.P: 106 - Quelimane. E-mail: bivedomingos@yahoo.com.br.

## INTRODUÇÃO

A Educação em Direitos Humanos está contida numa variedade de instrumentos de direito nacional e internacional e tem-se tornado predominante necessidade na educação formal e não formal a nível mundial. Tendo em conta esta perspectiva, desenvolvemos o presente artigo na perspectiva dos Direitos à Aprendizagem em Moçambique.

Nesse contexto, o presente estudo busca discutir a produção de novos saberes para o ensino básico moçambicano.

Isto, a olhar a aprendizagem como um exercício ativo de sujeitos, subsidiado pelas ciências da educação. Porém, para Libâneo (2001), mediante conhecimentos científicos, filosóficos e técnico-profissionais, as Ciências Pedagógicas investigam a realidade educacional em transformação, para explicitar objectivos e processos de intervenção metodológica e organizativa referente à transmissão/assimilação de saberes e modos de acção.

Visam o entendimento, global e intencionalmente dirigido, dos problemas educativos e, para isso, recorre aos aportes teóricos providos pelas demais ciências da educação, fazendo com que o direito à aprendizagem seja materializado.

No que tange à organização do presente artigo temos a destacar a explicitação dos procedimentos metodológicos, o Direito à Aprendizagem, o lugar das Ciências Pedagógicas na Satisfação dos Direitos de Aprendizagem, o debate sobre o processo de Ensino e aprendizagem, Valores curriculares no Ensino Básico em Moçambique, e a reforma curricular ocorrida no Ensino Básico.

## METODOLOGIA

A metodologia aplicada ocorreu por meio de um estudo exploratório, e, através de uma pesquisa qualitativa inferida. Porém, sobre as fontes de dados, foram utilizados os dados das séries históricas de entradas (*inbound*) e saídas (*outbound*) utilizados mundialmente pela UNESCO.

Igualmente, optou-se por utilizar técnicas qualitativas de colecta de dados, realizando-se entrevistas individuais exploratórias tipo conversas com profissionais e análise documental. As entrevistas foram desenvolvidas através de conversas descontraídas do tipo questionário semiestruturado.

### Direito à Aprendizagem

A questão operacional da educação, o desenvolvimento intelectual, através da aprendizagem vem de longe.

UNICEF (1948); Domingos (2010) demonstram da seguinte maneira os primórdios da efectivação das orintações gerais no sistema de ensino:

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada pela Assembleia Geral da ONU, a 10 de Dezembro de 1948, destaca no seu Artigo 26º que:

- a) Toda a pessoa tem direito à educação, devendo ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. E este ainda, obrigatório, e portanto, o ensino técnico profissional deveria ser generalizado. Porém, recomenda-se que o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos, em plena igualdade de direitos e oportunidades, em função do seu mérito.
- b) A educação deve visar o pleno desenvolvimento da personalidade humana no reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais, e, justamente por isso, favorecer a compreensão, a tolerância e o espírito da amizade entre os grupos sociais, raciais ou religiosos, bem como instrumento de desenvolvimento das nações para a manutenção da paz como instrumento universal no mundo.

Este desdém encontra na república de Moçambique o seu fundamento, pois a Constituição da República de Moçambique consagra a educação como a base legal para o desenvolvimento justo, equitativo e inclusivo, especificando que os objetivos fundamentais do Estado moçambicano são, a criação de oportunidades iguais na edificação de uma sociedade de justiça social e a criação do bem-estar material, espiritual e de qualidade de vida dos cidadãos pela educação, assim como a promoção do desenvolvimento equilibrado, económico, social e regional do país. Neste contexto, todo o cidadão tem o direito de viver num ambiente equilibrado e o dever de defendê-lo para o seu progresso social e próspero. (Moçambique, 2024; Domingos, 2010; 2023).

Traçadas as diretrizes gerais e específicas, não obstante, não se pode alhear o contributo da escola, porque a educação em si promove a consciência, o emprego, a formação de recursos humanos, a difusão do conhecimento, a inovação e outros domínios que promovem o desenvolvimento económico, social e cultural das populações, portanto, a valorização do sector produtivo e a internacionalização da economia local (Domingos, 2023).

Deste modo, é importante olhar a relação das ciências pedagógicas com os direitos de aprendizagem.

A Relação Pedagógica é parte fundamental dos processos de ensino, destacando-se o Estado na formulação de diretrizes para que o ensino alcance os objetivos desejados, conforme os currículos em vigor, com a colaboração dos professores, pais e a sociedade para a efetivação da aprendizagem dos alunos. (Domingos, 2023).

A aprendizagem envolve a aquisição de novos conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos. Significa adquirir o conhecimento de uma arte, ofício ou através do estudo ou da experiência humana. Surge descrita como um processo cognitivo através do qual vamos construindo vários conhecimentos, conceitos, competências, que resultam numa alteração de comportamento, no sentido de responder adequadamente às novas situações que enfrentamos aos desafios com que nos deparamos e aos quais temos de dar resposta.

Neste contexto, é importante destacar sumariamente que aprendizagem é um processo interativo que ocorre em sala de aula:

- a) Intencional o que significa haver vontade do indivíduo para aprender, neste caso, a motivação assume um papel fundamental na aprendizagem, pois ninguém aprende verdadeiramente se não estiver motivado, se não desejar aprender;

- b) Pessoal/subjetivo, isto é, o processo de aprendizagem depende das características ou particularidades daquele que aprende, da sua experiência pessoal, dos conhecimentos anteriores, das suas expectativas, crenças e valores da sua personalidade;
- c) Dinâmico, ou seja, efetua-se através da interação entre os atores do processo de ensino e aprendizagem. Contudo, mais do que um processo linear ou sequencial, importa que o formador crie as condições de aprendizagem necessárias e conheça os meios pedagógicos para aplicar eficientemente o seu potencial de comunicação;
- d) Contínuo e processual, a aprendizagem ocorre ao longo de toda a vida, constantemente acrescentamos algo ao que já conhecemos. Com isso, o homem está sempre a aprender;
- e) Gradativo, considerando que a aprendizagem é a aquisição ou mudança de comportamento ou de processos mentais, para que estas alterações se processem é necessário que o organismo tenha atingido um grau de desenvolvimento ou sua maturação para suportar as exigências;
- f) Cumulativo, os saberes do indivíduo associam-se no sentido de os novos conhecimentos serem adicionados aos já existentes.

## AS CIÊNCIAS PEDAGÓGICAS NA SATISFAÇÃO DOS DIREITOS DE APRENDIZAGEM

Para concretizar o processo de satisfação de direitos da aprendizagem pelas ciências Pedagógicas é necessário que haja pacotes educativos de apoio pedagógico ao estudante matriculado. Entenda-se isto como um conjunto de actividades de remediação e/ou enriquecimento das aprendizagens, tendo em vista ajudar o aluno a ultrapassar as suas dificuldades ou melhorar, de alguma forma, os seus resultados escolares.

As Ciências Pedagógicas são o elogio mais justo das ciências aplicadas ao ensino. Na educação, elas são, de facto, uma escola de aprendizagem de melhores práticas usuais na área da educação. São convicções teóricas e propostas metodológicas e ainda de organização curricular para a materialização do saber em diversas áreas do conhecimento.

Não se trata apenas de um assunto de erudição, mas constitui a introdução necessária à preparação para o ensino. Entre outras, elas fundam as ciências da educação, como ciências humanas, tanto pelos seus modos de actuação e conhecimentos. Aqui “o ensino da pedagogia não poderia deixar de ser, simultaneamente, teórico, histórico e prático” (Novó, apud CAMBI, 1999, p. 11).

De fato, qualquer produção requer o domínio da tecnologia. Por isso, a persecução do ideal de democratização do acesso e sucesso ao ensino e da consequente busca pela melhoria da qualidade da educação trazem novas demandas para a organização escolar. Deste modo, dentre os fatores que influenciam o percurso pedagógico para a sua eficiência ou o sucesso dos alunos na escola (eficácia), está a formação do professor (científica e pedagógica), que exerce papel de destaque.

Quer dizer, no âmbito social, teórico-científico e teórico-prático, “os professores que *reflectirem* sobre a teoria e sobre a filosofia da sua profissão estão mais aptos para resolver

as dificuldades práticas com que se deparam no campo da educação” (NOVÓA, apud CAMBI, 1999, p. 11).

Portanto, as ciências Pedagógicas ampliam o objeto de aprendizagem, a partir das suas matrizes teóricas, seus procedimentos e instrumentos analíticos. Desenvolvem uma herança interdisciplinar na educação pela pesquisa da acção pedagógica.

A pergunta que não se quer calar é, **A partir dessas reflexões, é possível ser um bom professor, sem ter qualquer conhecimento das ciências da educação?**

Em resposta! Pode-se, se calhar, ser professor, mas não ser um educador, pois este é o recurso apreciável e necessário possivelmente que responde às reais necessidades do seu educando.

Esta é a contribuição ds ciências pedagógicas, pois ajudam a cultivar um saudável cepticismo cada vez mais importante num universo educacional dominado pela inflação dos métodos, de modas e de reformas educativas.

Eis que, “Aprender a relativizar as ideias e as propostas educativas, e a percebê-las no tempo, é uma condição de sobrevivência de qualquer educador na sociedade pedagógica nos nossos dias” (NOVÓA, apud CAMBI, 1999, p. 13).

Assim, compreendemos aqui que as ciências Pedagógicas fornecem aos educadores conhecimentos da profissão, isntrumentos de trabalho eficientes que servem para formar a sua cultura profissional, mas não significa possuir uma acção mais eficaz, mas estimula uma atitude crítica e reflexiva. Por vezes ampliam a memória e a experiência, o leque de escolhas e de possibilidades pedagógicas, o que permite o alargamento do repertório dos educandos, fornecendo uma visão diversificada e mais ampla da história da educação sobre as instituições escolares e suas políticas.

Para tanto, a educação não é um “destino em si”, mas uma construção social, o que requer o renovar do sentido da acção, quotidianamente por cada educador.

As Ciências Pedagógicas como instrumentos de formação intelectual e pedagógico, especializadas em ciências da educação, recuperam e renovam a tradição dos manuais de história da pedagogia como instrumentos destinados a produzir competência disciplinar e formativa, sublinhando o aspecto social da educação, valorizar a pluralidade metodológica que assenta na sua renovação, o que coloca, efectivamente, a educação e o ensino disciplinares como práticas científicas.

Quanto aos valores pedagógicos, “O mínimo que se exige de um educador é que seja capaz de sentir os desafios do tempo presente, de pensar a sua acção nas continuidades e mudança do trabalho pedagógico, de participar criticamente na construção de uma escola mais atenta e justa às realidades dos diversos grupos sociais” (NOVÓA, apud CAMBI, 1999, p. 15). Aliás, o valor ecunumerico das Ciências Pedagógicas é a galhardia e o brilho na aprendizagem.

## ENSINO E APRENDIZAGEM

A considerar aprendizagem como um evento interno, cognitivo, que não pode ser diretamente observado. Para tanto, ela é inferencial, pois não é possível observá-la, mas apenas aos seus produtos. Pode ser avaliada com base no que as pessoas dizem, escrevem, fazem.

Envolve a mudança na capacidade de uma pessoa se comportar de determinada forma, o que não implica, no entanto, que o demonstre enquanto a aprendizagem ocorre. Pois é, trata-se de modificação relativamente permanente, produzida pela experiência, não incluindo, portanto, fenômenos temporários – efeitos de droga ou fadiga, também, não inclui as modificações produzidas por hereditariedade, crescimento físico, maturação ou senilidade).

Por conseguinte, Ensino e Aprendizagem são dois termos inseparáveis. Aliás, por aprendizagem segundo Golias (1999), trata-se de uma acção mental ou física de quem aprende, isto é, o discente adquire novos comportamentos que o tornam diferente.

A aprendizagem pode ser induzida por outras pessoas através da persuasão, de exemplos, de instrução, sugestão, medo, insistência etc. Mas a sua ocorrência resulta da acção pessoal do discente. Por conseguinte, é a soma de percepções pela interacção humana e do ambiente. O conhecimento é resultado da acção mental do que de simples respostas associativas ou de instituições súbitas.

O domínio humano ao reino animal tem a ver com a capacidade de abstracção mental, substituir realidades físicas por palavras, conceitos, símbolos, números, imagens, pelas funções superiores humanas (linguagem e pensamento, memória etc.). É, essencialmente, a capacidade de organizar objectos mentais em esquemas conceptuais.

Diante dos processos de assimilação e acomodação, à luz de Jean Piaget ou sua perspectiva construtivista, o desenvolvimento psico-genético é progressivo, desde a infância, a adolescência e a juventude, pois a habilidade de realizar operações mentais e de classificações desenvolve-se em fases claramente distintas e incontornáveis<sup>2</sup>.

Deste modo, os processos de assimilação e acomodação são contínuos e permitem a adaptação num ambiente em contínua transformação.

Com base na teoria psico-genética de aprendizagem, o propósito da educação deveria ser:

- a) Estimular os processos de assimilação (integração de um novo, objecto mental) e acomodação (a acomodação evidencia-se em jogos, explorações, perguntas, ensaio e erro, experimentações, reflexões, etc, ou seja, a interiorização e compreensividade). Isto para compensar onde estes processos não ocorreram, ou sucederam-se em escala reduzida, ou deu-se o seu funcionamento com privação, por exemplo, associadas às guerras e desastres naturais e a fome derivada da estiagem, factores que abalam Moçambique, ou ainda quando o sistema de oferta falha por não atender às demandas dos necessitados.

---

<sup>2</sup> Segundo Pessanha; Barros; Sampaio; Serrão; Viegas; Araújo (2010) a partir da sua epistemologia genética, isto é, como o sujeito constrói e organiza o seu conhecimento ao longo do desenvolvimento histórico, quer dizer ontogenético e sociogenético.

Com isso, os objectivos da educação na perspectiva epistemológica devem:

- i. Proporcionar uma variedade de estímulos e experiências novas;
- ii. Desenvolver os processos de assimilação e acomodação, organizando ideias e padrões compreensivos, em princípios e teorias;
- iii. Interiorizar não só conhecimentos factuais em palavras, símbolos e conceitos, mas também as operações de pensamento, a lógica e a linguagem da ciência.

Enquanto isso, segundo Golias (1999), ensinar é o acto que supõe a existência de conhecimentos e compreensões, habilidades, atitudes e valores essenciais para a sobrevivência e o desenvolvimento individual e da sociedade, isto é, um repertório ou pacote a que cada um, na sua sociedade ou no mundo, tem direito.

Neste contexto, os primeiros mediadores são os pais, com seus códigos de comportamento, hábitos culturais e sociais, atitudes e valores, que transmitem consciente ou inconscientemente aos seus filhos. Quer dizer, arquétipos familiares, a família média, os irmãos mais velhos, grupos de coetâneos ou de idade e depois a comunidade.

Mais tarde, em situações estruturadas de aprendizagem (dentro da sala de aula na concepção do ensino e na aprendizagem dos alunos), o mediador torna-se o professor, com conhecimentos especializados, que desenvolveu métodos, as técnicas e a arte de seleccionar e/ou planificar situações apropriadas de aprendizagem e é perito em dirigir os discentes para a acção de aprendizagem. Parafraseando Quist (2007), referimo-nos concretamente a organização do processo de ensino a partir da escola, planificação, trabalho com crianças, estratégias de ensino, métodos de ensino, avaliação e trabalho com outros docentes.

Por isso, o professor existe para facilitar e estimular o processo de aprendizagem e para assegurar que o direito aos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores essenciais é realizado eficiente e eficazmente.

Neste contexto, para Golias (1999), aprender é uma acção pessoal, é involuntário em situações não estruturadas, informal, induzido. Aqui o professor deve possuir compreensões profundas sobre educação básica, um intelecto aberto, inquiridor, de modo que sua aprendizagem continue por toda a vida, e, conseqüentemente, a compreensão das fases consecutivas de desenvolvimento do intelecto humano, isto é, atributos que tornam o professor capaz de planificar situações de aprendizagem de forma apropriada e de induzir os conhecimentos, a compreensão e a conceptualização na sequência correcta e nos momentos certos da vida dos discentes.

O professor tem a maturidade e a habilidade suficientes para encarar os objectivos educacionais do sistema de educação em que trabalha, no contexto de outros sistemas e subsistemas. Precisa ainda, para além das suas habilidades pedagógicas, assumir uma perspectiva social, conhecimentos e compreensão do que constitui o conteúdo do direito à educação básica. Entre outras coisas significa, possuir atitudes para com a docência, resumidamente atitudes para com o trabalho (a sua postura e sua relação com as turmas, chegar pontualmente às aulas e bem preparado), atitudes para com os alunos (desenvolver autoconfiança e autoestima nos alunos), etc.

Por conta disso, levanta questões das qualificações de entrada para a profissão, o professor potencial terá de ter intelecto aberto e ser inquiridor. Isso não se revela necessariamente em resultados académicos ou exames, mas sim, na reflexão de como é que um processo de selecção consequente para encontrar candidatos que possam aprender enquanto ensinam e pelo ensino, numa continuidade ao longo da vida. Trata-se da competência docente para se ser um bom professor, ou seja, habilidades pessoais e profissionais para ensinar com sucesso (usar correctamente o quadro, formular perguntas e a capacidade de explicar e leccionar a matéria, selecção e aplicação dos métodos de ensino adequadamente às situações concretas).

Este perfil resumido do professor distingue-o de outros mediadores da aprendizagem, pois é, facultado pelas ciências pedagógicas que reflectem sobre como identificar professores potenciais que sejam socialmente aceitáveis e interessados nas comunidades onde ensinarão, isto é, a selecção deverá ir além, a longo prazo, que não dependa da idade e dos resultados de exames, o desenvolvimento intelectual do professor ajudará a desenvolver situações de aprendizagem e a planear experiências apropriadas para os alunos e por outro, promover os objectivos educacionais do sistema da comunidade e da sociedade, exemplo como saber adaptar os métodos ao discentes, qualquer que seja o ambiente.

É justamente sobre isso, que afirmamos que as ciências pedagógicas aconselham formas proactivas para o acesso ao sistema por professores humanamente experientes, instrutores, especialistas, tutores, conselheiros, outras pessoas de recurso e instituições.

Igualmente, associadas a isso, é importante lançar o desafio de providenciar professores em números suficientes e com as habilidades adequadas, nos países em desenvolvimento<sup>3</sup>, e comunidades onde os recursos são limitados, reforçando valores cidadãos.

## **VALORES INSTRUCIONAIS INCORPORADOS AO CURRÍCULO NO ENSINO BÁSICO EM MOÇAMBIQUE**

Sabe-se que o ser humano é um ser que se diferencia de outros animais e possui mecanismos de desenvolvimento bastante sofisticados, aliás, na especificidade educativa ele não nasce predeterminado inatamente.

Subline-se que na sociedade e no humano, na escola e na comunidade, o que existe são culturas paralelas, distintas e socialmente complementares (Freire, 2007). Isto é, segundo Domingos (2024) potencializar a prática do diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre as instituições Educacional e Familiar.

Desde que foi proposto o objectivo político a todas as nações do mundo, sobre a criação de oportunidades iguais de acesso à uma educação universal, obrigatória e gratuita em Jomtien, na Tailândia, em Maio de 1990, aquando da realização da conferência Mundial sobre Educação para Todos (Golias, 1999), na nossa opinião, dois importantes conceitos foram assumidos, constituídos direitos de aprendizagem:

- a) Necessidades básicas de aprendizagem;

---

<sup>3</sup> Exemplo para o nosso país, Moçambique, herdou da sua metrópole uma triste herança colonial de escolaridade, isto segundo Golias (s/a), cerca de 90% da população era analfabeta na época da independência nacional em 1975.

## b) Educação básica.

Assim, por Necessidades básicas de aprendizagem—refere-se a conhecimentos, habilidades, atitudes e valores fundamentais julgados necessários para a sobrevivência de um determinado indivíduo ou povo quer para a melhoria da qualidade de suas vidas e para a prossecução das aprendizagens posteriores.

Para a Declaração Mundial da Conferência, as necessidades básicas de aprendizagem no Ensino Básico compreendem, designadamente, instrumentos essenciais de aprendizagem que são, por exemplo, a leitura, a expressão oral e física corporal e o cálculo. Os conteúdos básicos de aprendizagem compreendem conhecimentos, habilidades, atitudes e valores julgados fundamentais para a sobrevivência e o saber ser dos seres de uma determinada sociedade.

Porém, a satisfação das necessidades básicas acima referidas pode ser através da implementação de programas de educação básica (Golias, 1999). É importante destacar que na Educação Básica, o aprendente apropria-se de um conjunto de conhecimentos básicos e desenvolvem-se habilidades e atitudes necessárias para a sobrevivência de um cidadão, num percurso que constitui uma base fundamental para a prossecução de estudos ulteriores.

Constituem elementos da Educação Básica cuidados primários e educação da criança nos primeiros anos da infância, envolvendo programas familiares, comunitários e/ou institucionais; educação primária—a qual toma em conta a cultura, necessidades e oportunidades da comunidade. Esta é promovida através de programas formais e não-formais, fazendo parte também os programas de alfabetização (Golias, 1999). Trata-se de programas que envolvem Educadores de Infância, Educadores de Jovens e de alfabetização de Adultos.

Atualmente, com a nova Lei do Sistema Educativo 18/2018, a escolaridade básica e obrigatória foi alargada, começando da 1ª classe até a 9ª classe, sendo ela gratuita (Moçambique, 2018).

Em harmonia com Libâneo (2006), a alfabetização bem conduzida instrumentaliza os alunos a agirem socialmente, a lidarem com as situações e desafios concretos da vida prática. É o meio indispensável para a expressão do pensamento, da assimilação consciente e activa de conhecimentos e habilidades, meio da conquista intelectual e política.

Os seus benefícios traduzem-se nas capacidades a nível básico e nos programas de educação formal e não-formal, nas áreas de saúde, nutrição, população, técnicas básicas em agricultura, conservação do meio ambiente, ciências e tecnologia, vida familiar incluindo cuidados sobre a fertilidade e outros temas sociais como a economia doméstica entre outros.

Por fim, Educação pública é aquela que é do interesse público, é promovida através da utilização de canais de comunicação e/ou os instrumentos disponíveis incluindo a mass-media e outras formas de comunicação e de acção comunitária. Com a educação pública é possível as oportunidades de acesso amplo de indivíduos e famílias ao conhecimento e capacidades/habilidades necessárias por uma vida melhor e um desenvolvimento harmonioso e sustentável (Golias, 1999).

Deste modo, a educação básica assenta normalmente nos seguintes princípios básicos: é um processo de desenvolvimento humano essencial para o desabrochamento das sociedades e comunidades, da mudança e melhoria das suas condições humanas.

Desta forma, é relevante para as aspirações ou necessidades das famílias, das comunidades e, da sociedade, e neste contexto, é responsiva para eles.

Portanto, é uma forma democrática de educação que assenta na participação activa dos cidadãos no desenvolvimento de valores humanos como, por exemplo, a paz, a justiça, liberdade de expressão, tolerância e respeito mútuos. Implica a apropriação, o envolvimento das comunidades na sua gestão e planificação nas práticas curriculares (Golias, 1999).

Dado ao progresso cultural e profundas mudanças no país, de ponto de vista social, económico, social e político, a reforma curricular no Ensino Básico ocorrida em 2003 no sistema educativo moçambicano destaca o Currículo Local, para o efeito, este deve abordar conteúdos daquela realidade, construídos em conformidade com os interesses da comunidade onde a escola está inserida. Ademais, advoga-se a negociação constante entre as escolas e as comunidades para o enriquecimento do currículo oficial do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano. Sendo que os professores deverão integrar as matérias deste Currículo Local nas diferentes disciplinas curriculares, cabendo uma percentagem matemática da carga horária de 20% do total do tempo previsto para a leccionação em cada disciplina curricular.

Porém, o currículo local envolve matérias que abrangem as disciplinas clássicas até às ciências naturais, tudo visando ser útil, prático, utilitário e pragmático na sociedade moçambicana. Ou seja, o literário, o científico e o técnico (para fazer face a crescente concorrência industrial e comercial). Aliás, pode-se ver que o intuito é certamente possuir um currículo moçambicano menos tradicional, mas com uma educação intelectual, moral e física, sem descorar da visão empreendedora, bem como o ensino técnico profissional (uma educação utilitária para enriquecer carreiras no saber fazer e nos negócios), portanto, não apenas para fins de educação técnica ou vocacional.

Neste contexto, o sistema de ensino mobilizou-se na mudança dos métodos de ensino que privilegiavam os deixados pelo colonialismo, por exemplo, a repetição e a aprendizagem de cor, a memorização de dados e a imitação baseados numa educação geral. Como é sabido, o modelo tradicional do ensino colonial dava ênfase ao trabalho livresco e aprendizagem na base de livros sem a prática aos nativos. Ademais, privilegiava-se aos moçambicanos filhos de camponeses uma educação técnica programada para preparar as crianças para ocupações específicas.

Sublinha-se aqui no currículo os interesses e capacidades de desenvolvimento das crianças, assim como as condições locais, as oportunidades de trabalho prático e a importância da educação para o lazer (para satisfação e realização pessoal). Quer dizer proporcionar a criança um currículo, algo mais do que competência académica ou aptidões para passar nos exames, mas, orientar também a sua experiência, tanto, quanto na no enriquecimento e ampliação da sua capacidade instintiva sobre as condições de vida. A educação para a cidadania é irradiante no novo currículo, pois, também é de alta prioridade.

Sobre isso, Morrish (1977) destaca os valores curriculares que a escola deve priorizar na resolução dos problemas da vida nos seguintes termos: a) Estimular as qualidades de uma mente compreensiva e tolerante, e um sentido de responsabilidade; b) Promover uma atitude de livre inquérito para desenvolver a vicacidade intelectual; c) Proporcionar algum conhecimento e compreensão dos factos e acontecimentos que determinam o mundo em que os alunos vivem, tornando-lhes cónscios dos problemas.

Portanto, para Morrish (1977), os pressupostos dos novos currículos e novas abordagens devem alcançar as seguintes metas: i. *desenvolver* aptidões básicas de comunicação pela fala, pela escrita e pela leitura com compreensão, assim como para números e medições; ii. *desenvolver* as capacidades de raciocínio, julgamento, dicriminação, divertimento e curiosidade; iii. *produzir* um código de comportamento moral e social; iv. *incutir* uma compreensão do mundo físico e da sociedade humana; v. *desenvolver* um sentido de responsabilidade pelo seu trabalho e em relação aos outros alunos; vi. *incorporar* actividades extra-curriculares nas actividades ou planos da escola; vii. *"sair para o mundo"*, a fim de explorar as possibilidades da sociedade em relação ao trabalho, lugares de interesse cultural, serviços comunitários, recreação e a continuação da educação dos alunos.

É de sublinhar que a cooperação entre a escola e a família é necessária, portanto, os aspectos comunitários são intrínsecos à escola. Pois, a escola não é repositório de alunos ou oficina de ensino, porém ela deve transmitir valores e atitudes.

Deste modo, a finalidade da escola é igualar as oportunidades e propiciar as compensações que se façam necessárias para quaisquer desvantagens que as crianças possam ter. Sendo que o currículo deve ser flexível e fazer um máximo do meio ambiente. Quer dizer, os projectos, tópicos, centros de interesse, aprendizagem pelo conhecimento e um currículo integrado. Isto supõe o desenvolvimento de certas áreas de investigação em trabalho interdisciplinar, no domínio das ciências humanas (ajudando os alunos a alcançar a maturidade, a satisfação de necessidades pessoais na escola, compreender as necessidades sociais e da sociedade, ampliar o intelecto para a civilização humana e inculcar valores, atitudes e capacidades de aprendizagem, em vez de fornecer um corpo de conhecimentos).

## ADAPTAÇÕES CURRICULARES AO ENSINO BÁSICO MOÇAMBICANO

A razão da reforma curricular, introduzida no país em 2003-2004 justificava-se pelo fato de a estrutura curricular e os conteúdos dos programas de ensino ora desenvolvidos nos anos iniciais da década 1980, estarem desajustados à realidade política, social e económica do país.

Por outro lado, a estrutura curricular era demasiada rígida e prescritiva, sem espaço de manobras para adaptações a nível regional e local, e, por conseguinte, os conteúdos foram considerados pouco relevantes e/ou de pouca utilidade prática no contexto da maioria da população moçambicana rural, isto é, sem possibilitar aos cidadãos capacidades e habilidades que os permitiriam contribuir para a melhoria da sua vida, na sua família, comunidade e do país.

A construção do currículo do Ensino Básico seguiu uma série de actividades preliminares, de entre as quais se destacam a realização de estudos e pesquisas orientadas para esse objectivo, dos países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), com a finalidade de “colher e conciliar experiências dos países vizinhos sobre o Sistema Educativo, mais especificamente sobre a Educação Básica e a Formação de Professores” (Moçambique, 2003, p. 33). E, por conta disso, delinear factores primários e peças-chave<sup>4</sup> para o desenvolvimento cognitivo de um país.

No que se refere aos valores instrucionais incorporados ao currículo do Ensino Básico moçambicano, segundo o Ministério de Educação (Moçambique, 2003), nota-se, em 2004, a introdução de inovações e novos conceitos ao Novo Currículo do Ensino Básico, processo iniciado em 2002, nomeadamente:

- a) ciclo de aprendizagem;
- b) ensino básico integrado;
- c) currículo local;
- d) distribuição de professores;
- e) progressão por ciclos de aprendizagem;
- f) línguas moçambicanas;
- g) língua inglesa;
- h) ofícios;
- i) educação moral e cívica; e,
- j) educação musical.

Dentro dessas inovações, destaca-se o currículo local, mobilizando os professores e as comunidades locais como focos no âmbito de políticas públicas para acções voltadas para a solução dos problemas da sociedade.

A introdução de novas disciplinas tais como: línguas moçambicanas, língua inglesa, educação musical, educação visual, ofícios, currículo local, como componente do currículo centralmente definidos e a respectiva reformulação de critérios de avaliação, através da introdução da promoção por ciclos de aprendizagem, o que tem merecido inúmeras interpretações críticas no que concerne à qualidade.

Sobre a língua inglesa, o propósito básico do país sobre o currículo era que este respondesse às condições de enquadramento regional de que Moçambique faz parte, através da África Austral, sobretudo na iniciação à comunicação já que, geograficamente, Moçambique é rodeado por países falantes da língua inglesa.

Esta tendência transformadora do currículo trouxe inspirações às crianças moçambicanas no concernente à componente de instrução em artes lúdicas, pois às crianças foi-lhes dada a oportunidade de produzir objetos de arte, olaria, carpintaria, tecelagem no sentido de prepara-las localmente para o auto-emprego e saber fazer.

---

<sup>4</sup> A Educação Básica na época assentava, essencialmente, nas seguintes premissas: (a) Criação e expansão das Escolas, possibilitando um ensino básico a todas as crianças. (b) Formação e capacitação de professores, na implementação do mesmo currículo e nas novas disciplinas: Ofícios, Educação Musical e inglês.

Por essa perspectiva, segundo a UNICEF (2017), Moçambique demonstrou o seu compromisso em relação à Educação Básica, tendo abolido as propinas escolares, fornecido apoio directo às escolas e livros escolares gratuitos no Ensino Primário, tendo também feito investimentos na construção de salas de aulas, e, por conseguinte, é o sector que mais fundos recebe do orçamento do Estado, registando-se um aumento significativo no número de ingressos e participação de pais no Ensino Primário.

Este processo revela o quão o governo e seus parceiros estão empenhados no processo de criação de condições necessárias para a implementação de uma educação para todos, ou seja, para que todo o cidadão a residir no país tenha acesso à aprendizagem como um direito inalienável.

Aliás, parafraseando Bertini; Silva (2023) os professores, para ensinar precisam saber relacionar métodos e técnicas, conteúdos e estratégias de aprendizagens de interesse prático para que no ensino os alunos possam ver, manipular, contar e comparar objetos manipuláveis e visíveis conforme a realidade mais próxima ou que lhes rodeia.

A considerar que o ensino é um ativo e bilateral.

**Tabela 1** - Estrutura Curricular

| ÁREAS DO CURRÍCULO                        | DISCIPLINAS                                                 |
|-------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|
| <b>Comunicação e Ciências Sociais</b>     | Língua Portuguesa                                           |
|                                           | Línguas moçambicanas                                        |
|                                           | Língua Portuguesa                                           |
|                                           | Língua Inglesa                                              |
|                                           | Educação Musical                                            |
|                                           | Educação Moral e Cívica                                     |
| <b>Matemática e Ciências Naturais</b>     | Matemática e Ciências Naturais (Biologia, Física e Química) |
| <b>Actividades Práticas e Tecnologias</b> | Ofícios                                                     |
|                                           | Educação Visual                                             |
|                                           | Educação Física                                             |

**Fonte:** Adaptado pelo autor

Esta estrutura demonstra as alterações realizadas ao currículo do Ensino Básico e a distribuição das disciplinas por cada área de conhecimento, permitindo assim, ao educando, seleccionar e separar as estruturas de desenvolvimento do próprio conhecimento, incorporando ainda mais valores e domínios necessários.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Ciências Pedagógicas na Satisfação dos Direitos de Aprendizagem: Valores Instrucionais Incorporados para o Desenvolvimento do Currículo em Escolas do Ensino Básico em Moçambique remetem a mudanças curriculares tendo em consideração não só o próprio processo de planificação, mas a concepção de estratégias adequadas para a sua implementação.

Nesse contexto, na linha de Almouloud; Nunes; Henriques (2024) buscamos reflexões sobre a mediação do processo de ensino e aprendizagem, com o intuito primordial de prever garantias de uma abordagem coerente e significativa em toda a escolaridade obriga-

tória, isto é, que leve em conta o desenvolvimento do aluno na aprendizagem. Porém, destaca-se a Formação de Professores que revela ser um dispositivo importante e determinante no processo de ensino e aprendizagem e sucesso de toda educação, o que é mediado pelas ciências pedagógicas.

Este complexo processo tornou o processo fácil, uma vez que trata de dotar os indivíduos de conhecimentos e habilidades necessários para a obtenção de meios de sobrevivência sustentáveis e acelerar o crescimento da economia, reduzindo os índices de pobreza pelo direito da aprendizagem. Mais do que isso, a aprendizagem dá esperança, pois faz com que se conquiste a auto-estima, levando à utopia de vencer a ignorância.

## REFERÊNCIAS

ALMOULOU, Saddo Ag; NUNES, José Messildo Viana; HENRIQUES, Afonso. Pesquisas sobre os processos de ensino e de aprendizagem da geometria. **REMATEC**, Belém, v. 19, n. 48, p. e2024000, 2024. <https://doi.org/10.37084/REMATEC.1980-3141.2024.n48.e2024000.id602>.

BERTINI, Luciane de Fatima; SILVA, Sidnéia Almeida. Helvécio Ferreira de Andrade e os novos saberes para o ensino de aritmética em Sergipe. **REMATEC**, Belém, v. 18, n. 46, p. e2023003, 2023. <https://doi.org/10.37084/REMATEC.1980-3141.2023.n46.pe2023003.id567>.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

DOMINGOS, A. B. A gestão da qualidade em educação, perspectivas e enfoques teóricos. In Dossiê Educação Moçambicana na Terceira Década do Século XXI: Formação de Professores, Políticas Públicas Educacionais, Administração e Gestão da Educação, Reformas, Perspectivas e Desafios Rumo à Qualidade. **Revista Espaço Acadêmico (243) – jan./ fev./mar. 24. Ano XXI**, pp. 17-39, 2024.

DOMINGOS, A. B. **A organização das escolas secundárias em Moçambique no período multipartidário 1994-2015: desafios e perspectivas para o desenvolvimento da gestão escolar**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Minho, 2010.

DOMINGOS, Alberto Bive (Org.). NHANTUMBO, Antero de Almeida; ANDISSONE, Daniel Agostinho; BOMÉS, Izaiteve. **Fórum sobre os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável. Relatório do Observatório de Acompanhamento dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável em Moçambique**. Alemanha: Novas edições acadêmicas, 2023.

DOMINGOS, Alberto Bive. Relação pedagógica professores, pais e sociedade: uma análise dos recursos de ensino nos processos de educação. In Pereira, Pedro Carlos; Almouloud, Saddo Ag; Barbosa, Gabriela dos Santos (Orgs). **Etnomatemática, etnociência e etnocultura – reflexões e propostas de atividades para sala de aula**. Rio de Janeiro, Appris, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e terra, 2007.

GÓLIAS, Manuel. **Educação Básica. Temáticas e Conceitos**. Maputo: Diname, 1999.

GOLIAS, Manuel. **Sistemas de ensino em Moçambique**. Passado e presente. Maputo: Escolar, s/a.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo Cortez Editora, 2006.

LIBANÊO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MOÇAMBIQUE. Constituição da República de Moçambique, 2004. Aprovada em 21 de janeiro de 2005. Disponível em: . Acesso em: 12 mar. 2015.

MOÇAMBIQUE. **Lei 18/2018 do Sistema Nacional de Educação**. Maputo: Boletim da República, Serie I, nº 254, 2018.

MOÇAMBIQUE. **Plano Curricular do Ensino Básico: Objetivos, políticas, estrutura, plano de estudos e estratégias de implementação**, Maputo: MINED, 2003.

MORRISH, Ivor. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

PESSANHE, Manuela. A Psicologia como ciência. In PESSANHE, Manuela; BARROS, Silvia; SAMPAIO, Ruth, SERRÃO, Carla; VEIGA, Sofia; ARAUJO, Sérgio Costa. **Psicologia da Educação**. Maputo: Plural Editores, 2010.

QUIST, Dawn. **Métodos do ensino primário. Manual do professor**. Maputo: Editora Nacional de Moçambique, 2007.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**: Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro de 1948, Brasil.

UNICEF. **Programa Educação para cada criança**. Maputo, 2017.

## Histórico

Recebido: 01 de Dezembro de 2024.

Aceito: 15 de Maio de 2025.

Publicado: 28 de Junho de 2025.

## Como citar – ABNT

DOMINGOS, Alberto Bive. As ciências pedagógicas na satisfação dos direitos de aprendizagem: valores instrucionais incorporados para o desenvolvimento do currículo em Escolas do Ensino Básico em Moçambique. **Revista de Matemática, Ensino e Cultura – REMATEC**, Belém/PA, n. 54, e2025013, 2025. <https://doi.org/10.37084/REMATEC.1980-3141.2025.n54.e2025013.id780>

## Como citar – APA

Domingos, A. B. (2025). As ciências pedagógicas na satisfação dos direitos de aprendizagem: valores instrucionais incorporados para o desenvolvimento do currículo em Escolas do Ensino Básico em Moçambique. *Revista de Matemática, Ensino e Cultura – REMATEC*, (54), e2025013. <https://doi.org/10.37084/REMATEC.1980-3141.2025.n54.e2025013.id780>

## Número temático organizado por

Saddo Ag Almouloud 

José Carlos de Souza Pereira 

José Messildo Viana Nunes 